

PARECER N.º /2022

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº 12/2022

OBJETO: FICA GARANTIDO, ATRAVÉS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE, O FORNECIMENTO DE CILINDRO COM OXIGÊNIO E APARELHOS AUXILIARES DA RESPIRAÇÃO PARA USO EM DOMICÍLIO, AOS PACIENTES QUE NECESSITAREM

AUTORA: VEREADORA ANDRÉA MACHADO

RELATOR: VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n.º 12/2022, de autoria da Vereadora Andréa Machado, que garante, através da rede pública municipal de saúde, o fornecimento de cilindro com oxigênio e aparelhos auxiliares da respiração para uso em domicílio, aos pacientes que necessitarem.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido o parecer, sob a relatoria do Vereador Rafael de Paulo, por força do r. despacho da Presidenta desta Comissão, conforme fls. 07.

No dia, 8/4/2022, o relator Rafael de Paulo protocolizou pedido de prorrogação do seu prazo por mais dois dias, o que foi deferido pela presidente desta Comissão, fls. 08. O Vereador emitiu o parecer de n.º 113/2022, pela aprovação da matéria, o qual foi aprovado de forma unânime pela Comissão no dia 13/4/2022.

O Projeto de Lei foi distribuído à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas pelo Presidente desta Casa para exame e parecer nos termos regimentais no dia 19/4/2022. O presidente desta Comissão, Vereador Tião do Rodo, designou o Vereador Paulo César Rodrigues como relator da matéria para emitir o parecer, por força do r. despacho datado de 19/4/2022, cuja ciência se deu no dia 20/4/2022.

Em 25/4/2022 durante a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, Tributação e Orçamento foi-se aprovado o pedido de conversão em diligência do Pl em questão

e posteriormente foi oficiado a autora do projeto (Ofício n.º 51/SACOM) no sentido de instruir com declaração de ordenador de despesa e com o relatório de impacto orçamentário e financeiro no exercício em que for entrar em vigor e nos dois subsequentes ou somente com relatório de impacto comprovando que o projeto não gera despesa para o erário municipal.

Em seguida, no dia 16/5/2022, foi encaminhado o Ofício n.º 68/SACOM para reiterar as informações contidas no Ofício n.º 51/2022, após aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento durante a 14ª Reunião Ordinária realizada nesta data.

Considerando a perda de prazo do relator anterior, o presidente da Comissão de Finanças designou o Vereador Cleber Canoa como novo relator da matéria para emitir o parecer, por força do r. despacho datado de 20/6/2022, cuja ciência se deu no mesmo dia.

Posteriormente, o Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Tião do Rodo, determinou o encaminhamento à Mesa Diretora da Câmara devido à falta de parecer, considerando a perda de prazo do relator e do novo relator no dia 23/06/2022.

O Projeto de Lei foi distribuído à Comissão de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social pelo Presidente desta Casa para exame e parecer nos termos regimentais no dia 27/6/2022.

A Vice-Presidente da Comissão de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social, Vereadora Dorinha Melgaço, recebeu o Projeto de Lei em questão e designou o Vereador Paulo César Rodrigues como relator da matéria para emitir o parecer, por força do r. despacho datado de 01/08/2022.

Por fim, considerando a perda de prazo do relator para emissão do parecer sobre a matéria, a Vice-Presidente designou o Vereador Eugênio Ferreira, novo relator da proposição, para exame e parecer no prazo de 2 dias, nos termos do despacho datado de 23/8/2022.

Sem mais, passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta Comissão está prevista no inciso IV do artigo 102 do Regimento Interno, que assim diz:

Art.102.....

(...)

IV - Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social:

(...)

- d) assuntos relativos à saúde, saneamento básico e assistência social em geral;
- e) organização da saúde, em conjunto com o sistema unificado de saúde;
- f) ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas e imunizações;
- g) medicinas alternativas

2.1. Da Justificativa da Autora:

Na justificativa, a Autora informa, dentre outras questões, o seguinte:

“O Município de Unai atualmente fornece o cilindro com o oxigênio, mas o paciente precisa arcar com os demais equipamentos que são essenciais para o funcionamento do mesmo, e os valores são altos, prejudicando muito as pessoas que não tem condições. Dessa forma, o Município deve fornecer o tratamento na sua totalidade, sem que o paciente precise arcar com qualquer despesa referente a esse procedimento.”

2.2. Do mérito do PL:

Cabe destacar que o acesso à saúde é assegurado na Carta Magna de 1988 como um direito social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A Lei Orgânica Municipal prevê que o Município tem como objetivo fundamental e prioritário assegurar a saúde e garantir o exercício pleno dos direitos públicos subjetivos, dentre outros, senão vejamos:

Art. 2º São objetivos fundamentais e prioritários do Município, atendidas as competências da União e do Estado:
I–garantir o exercício pleno dos direitos públicos subjetivos;
II–colocar à disposição do cidadão mecanismos de controle da legalidade e da legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;
III–assegurar a educação, o ensino, a saúde e a assistência à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
(...)

Ressalta-se, portanto, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública e, devido à pandemia enfrentada do COVID-19, esta medida requer urgência para atender as dificuldades ocasionadas,

com o objetivo de manter uma rede futura para enfrentamento de novas crises que surjam localmente ou de forma generalizada.

Ademais, não só em razão da pandemia, mas existem pessoas portadoras de doenças crônicas graves que exigem providências imediatas do Poder Público, já que na maioria das vezes não possuem recursos financeiros para custear o tratamento, que não podem esperar, especialmente, porque a falta do uso do oxigênio e dos aparelhos auxiliares pode levar estas pessoas à morte.

A oxigenoterapia domiciliar mantém os níveis de oxigênio acima de 90% no corpo do paciente, melhorando a disposição, a resistência física, acuidade mental e, principalmente, eliminando a necessidade de idas constantes ao hospital. Isso é possível através de um equipamento que filtra e armazena as moléculas de oxigênio em seu interior, o concentrador de oxigênio¹.

A Constituição Federal e outros textos legais ressaltam a saúde como bem essencial à sobrevivência humana e direito fundamental de todos, cabendo ao Poder Público a sua prestação garantindo aos necessitados receber do ente público oxigênio domiciliar necessário em aplicação ao disposto no artigo 196 da Constituição Federal.

Neste sentido é o entendimento jurisprudencial:

REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO DOMICILIAR - DIREITO À SAÚDE - DEVER CONSTITUCIONAL IMPOSTO A TODOS OS ENTES FEDERADOS - SENTENÇA CONFIRMADA. - Inegável que a saúde é um direito fundamental de todo cidadão, devendo o Estado promover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício - Constatada a imprescindibilidade do uso de oxigênio domiciliar ao tratamento da paciente, compete ao Município fornecê-lo, haja vista a incapacidade financeira da impetrante em aprovisioná-lo. (TJ-MG - AC: 10028170006317001 MG, Relator: Wilson Benevides, Data de Julgamento: 23/01/2018, Data de Publicação: 29/01/2018)

A Constituição Federal, em seus arts. 196 a 200, elege a Saúde como um direito de todos e dever do Estado e a garantia de saúde não se esgota com o fornecimento de medicamento, uma vez que inclui a prática de todas as ações necessárias que possibilitem atingir o fim previsto na Constituição, que é a preservação da saúde e da vida.

Portanto, a necessidade de manutenção da vida digna, aliada ao dever de qualquer ente federativo, inclusive do Município, nos termos do art.198 da Constituição

¹ <https://www.cpaps.com.br/blog/oxigenoterapia-domiciliar/>

Federal, de assegurar universalmente por meio do Sistema Único de Saúde o acesso aos cidadãos da saúde pública adequada, se mostram suficientes para este relator votar pela regular tramitação da matéria em cumprimento à Lei Maior e aos entendimentos jurisprudenciais dominantes.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, vota-se favoravelmente ao Projeto de Lei n.º 12/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 23 de agosto de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA
Relator Designado